

MEMÓRIA BIOCULTURAL E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA NO PARÁ

Raimundo Erundino Santos DINIZ

DINIZ, Raimundo Erundino Santos. **Memória biocultural e territorialidade quilombola no Pará**. Projeto de investigação científica do Curso de História, da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Belém, PA, 2013.

Neste projeto estudou-se a comunidade quilombola do Canta Galo, localizada na região nordeste do Pará, investigando a etno-história e os processos de territorialização construídos, considerando-se que o uso da etno-história se apresenta como ferramenta importante pela peculiaridade da temática e por permitir instrumentalizar conceitos que podem ser adaptados e reelaborados e, ainda, por representar um conhecimento em processo de construção que procura exercitar diálogos entre a história e a antropologia, buscando entender as relações culturais, sociais e econômicas estabelecidas entre os negros, indígenas e outros sistemas culturais, a partir da agricultura, extrativismo, pesca, caça e as redes de comércio e troca que marcaram o processo de formação de vilas e povoados.

Como parâmetro legal, recorre-se à Constituição de 1988, que salientou a necessidade em se considerar a diversidade étnico-cultural do país, a preservação da memória e o patrimônio histórico material e imaterial de diferentes grupos étnicos, destacando índios e quilombolas. Após as controvérsias a respeito do termo “quilombo”, intermediadas pela atuação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), reelabora-se o entendimento dessa categoria. Essa terminologia não está restrita à herança da escravidão e passa a ser ressignificada, levando em consideração a especificidade na formação histórico-antropológica de cada quilombo, o direito à autodefinição em oposição à visão folclórica e frigorificada do termo. O pleito pela garantia do acesso à terra, relacionando-o ao fator da identidade étnica como condição essencial, tornou-se uma prerrogativa oficial. O Decreto Federal Nº 4887 de 11/2003 é o instrumento jurídico que regulamentou o processo administrativo de titulação das terras de comunidades quilombolas no Brasil, aprovado mediante articulações políticas que envolveram várias organizações. Esse instrumento continua sendo muitas vezes negligenciado pelas organizações governamentais em todo o país. Nas duas últimas décadas, diversas organizações sociais e

grupos étnicos manifestaram com insistência posicionamentos políticos em busca de reconhecimento étnico e de direitos específicos. A comunidade quilombola do Canta Galo mobilizou-se pela titulação do território, para garantir seu reconhecimento perante os poderes públicos. Hoje a comunidade encontra-se desprovida de serviços básicos de saúde, saneamento, educação e liberação de recursos. Outras questões incomodam as famílias como as disputas de terras com fazendeiros. O Programa Brasil Quilombola apresenta-se como referência dessa política. A titulação do território quilombola etnicamente configurado o coloca em condições políticas de os quilombolas participarem de forma diferenciada de programas e projetos de assistência técnica e social e de financiamentos. Para tentar dirimir a escassez de fontes documentais sobre as comunidades quilombolas, recorre-se à oralidade como principal mecanismo de registros. O levantamento de dados a partir de entrevistas seguiu as orientações de Thoillent (1987). Foram realizadas entrevistas dirigidas para tentar mapear as várias dimensões sociais e culturais que nortearam o processo de ocupação e a permanência das famílias no território; as motivações históricas, sociais ou econômicas; as diferenças e similaridades quanto ao

número de membros da família por habitação, à relação de parentesco, a bens materiais, à renda, à escolaridade, ao gênero e à idade. Os registros imagéticos foram captados por meio de fotografias. Foram pesquisados os planos diretores dos municípios de São Miguel do Guamá, Castanhal, Abaetetuba, Ananindeua e Salvaterra. Desses, os únicos a que tivemos acesso na íntegra foram os do município de Ananindeua e São Miguel do Guamá. Com a análise desses planos, verificaram-se problemas como o descompromisso dos gestores públicos municipais em desenvolver políticas públicas específicas para as demandas quilombolas. Distribuem para cada líder comunitário uma cartilha da saúde produzida pelo governo do Estado, com o título “Quilombolas do Pará”, cujos temas versam sobre localização das comunidades, principais doenças que atingem as comunidades e os programas de saúde que estão sendo realizados. Verificou-se um grande distanciamento entre o que foi observado e o que se apresenta na cartilha, bem como foram detectados vários problemas conceituais e teóricos em sua redação. No evento em São Miguel do Guamá, surgiu a oportunidade de se conhecerem as várias lideranças comunitárias. A comunidade Canta Galo possui ainda algumas construções

e peças que alegam ser de seus antepassados. A base alimentar da comunidade é a plantação e extração do açaí e da mandioca. A falta de água encanada e luz elétrica traz muitas dificuldades. Todos da comunidade são católicos, mas se ressentem da inexistência de capela. Há ausência de poder político e, no seu entorno da comunidade, há fazendas. A população se ressentem também da falta de assistência médica. A educação é precária. As crianças não têm condução para chegar à escola, que se localiza a mais ou menos 15km e possui apenas uma sala para as séries de primeira a quinta. Ao que parece, a formação da comunidade não remonta a tensões ou conflitos com os proprietários locais e com as famílias que preferiram não atravessar o rio Guamá e até hoje não se reconhecem como quilombolas. O conhecimento prático da parte dos escravos, em alguns casos, afrouxou a relação com seus senhores e extrapolou a condição de submissão, levando os escravos a verem outros sentidos de liberdade. Hoje a comunidade tem quarenta e seis famílias distribuídas entre 234 moradores, que, em suas modalidades de representações na associação de moradores, se reconhecem como quilombolas. Mesmo não havendo características biológicas herdadas de escravos, o que

refuta e garante a identidade é a autoidentificação dos moradores de um passado comum. Grande parte do processo de formação é atribuída à participação das mulheres, como líderes religiosas e políticas. Muitas vezes estão no comando da base alimentar e comercial dos residentes da comunidade. As principais atividades dos moradores se destina à roça, que todos possuem para consumo próprio. O resultado da colheita gera de certa forma uma espécie de comércio entre os moradores da própria comunidade e de comunidades vizinhas. São comuns também as crias. A base alimentar foi por um tempo a mandioca, o açaí, o feijão e o arroz. Hoje são cultivados somente a mandioca e o açaí. O compartilhamento do território configura-se no modo de vida das famílias existentes e distribuídas em diferentes áreas, sendo as unidades domésticas o ponto de referência para situar a fixação e ocupação do território. Nas situações de maior relevância a serem resolvidas e que envolvem um número maior de famílias, as decisões são tomadas nas assembleias da associação. Em outras situações, as atividades são desenvolvidas individualmente com o deslocamento do cultivo para o espaço doméstico. As famílias são devotas de Nossa Senhora de Fátima e da

imagem do Divino Espírito Santo. Segundo relatos, essas imagens são cedidas por uma paróquia e visitam a comunidade em dois dias do ano. São levadas de casa em casa acompanhadas de cânticos puxados por D. Domingas. Apesar de as imagens serem cedidas por uma paróquia e geralmente haverem dois de seus representantes acompanhando-as, os moradores têm total liberdade para realizar as celebrações. Essas comemorações são os momentos em que os moradores aproveitam para fazer suas promessas. As realizações dos cultos geralmente são seguidas de festas. Algumas famílias, depois de um período, oferecem suas casas para receber as imagens como pagamento de promessas. Diante dos relatos obtidos, fica claro que, apesar de uma pequena parcela dos moradores não se autodefinir como remanescentes de quilombolas, a comunidade do Canta Galo se configura como uma comunidade de quilombo contemporâneo. Os indícios históricos, a cultura material e as singularidades características dos modos de viver, criar e reproduzir das famílias refutam à existência de práticas de uso comum e ancestralidade baseadas em experiências de lutas e estratégias para permanecerem em suas terras. O alcance de políticas públicas específicas para as 46 famílias tem

vínculo direto com o processo de titulação, ao passo que vários requerimentos e exigências feitos pelo poder público para a disponibilidade dos serviços públicos dependem da titulação da terra. O trânsito de animais correlatos à prática da pecuária e à existência de cercas em circuitos de cultivo, extrativismo, caça e pesca oblitera o exercício de práticas coletivas de usos sociais dos recursos naturais.

Palavras-chave: Comunidade quilombola Canta Galo. Territorialidade. Quilombos paraenses.

REFERÊNCIA

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica Metodológica, investigação social; Enquete Operária**. Coleção Teoria e história. Editora Polis. 5ª Edição 1987.